

AMBIENTE Organizações divulgam tecnologia para permitir novas derrubadas em um período de 30-40 anos

Extração de madeira no AM é sustentável

PERSONAGEM

“Luthier” fabrica violão certificado

Escola de luteria abriga 60 crianças

do enviado especial a Manaus

Pergunte a Rubens Gomes de onde ele é e a resposta será tão ampla quanto imprecisa: do Amapá, de Manaus, da floresta. Um amazônida, como diz o músico e improvável “luthier” (arte-são que fabrica instrumentos de corda) de 40 anos, nascido mesmo em Serra do Navio (AP).

Cada violão Manaós consome 3 a 4 meses e sai por R\$ 6 mil. Gomes só trabalha com madeiras da Amazônia, mais de 20 espécies, certificadas. Confecciona também cavaquinhos, violas e o “cuatro venezuelano” (que tem, claro, quatro cordas).

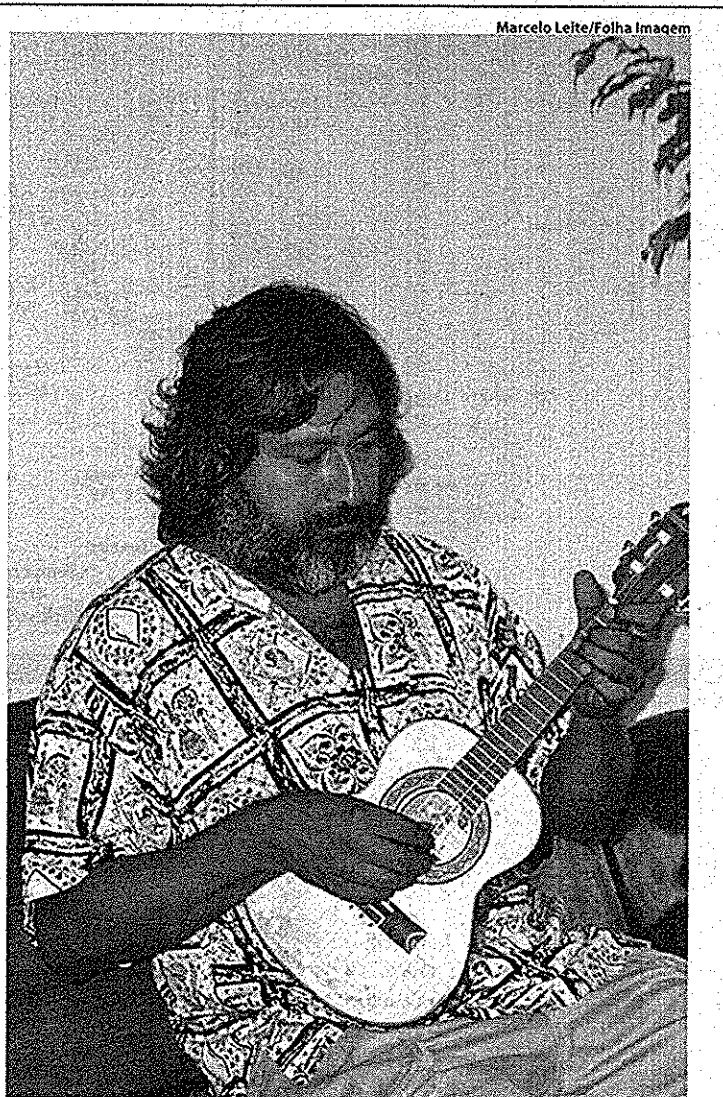
No tampo o “luthier” usa marupá, madeira branca e leve, que substitui o pinho. Para o braço, busca um substituto do cedro (leve e estável), pois só consegue obtê-lo certificado na Bolívia. Na escala, o raro ébano cede lugar para preciosa, coração-de-negro ou gumbeira, escuras e densas.

Fundo e lateral saem do pau-rainha, sucessor do jacarandá-bahia, em extinção. Nos motivos da boca e da voluta (ou cabeça), Gomes se inspira na cúpula e nos mosaicos do Teatro Amazonas.

Há um ano Gomes não vende um violão. Dedicou todo seu tempo à Oficina Escola de Luteria da Amazônia, que criou em Manaus em janeiro de 1998. São 60 crianças e jovens carentes, de 9 a 21 anos, que recebem bolsas de R\$ 75 para aprender a profissão.

Os violões que fabricam são vendidos a R\$ 800 mas Gomes diz que a escola privilegia conhecimento e não produção. Cada uma das seis partes do instrumento de corda é aprendida em três meses e o curso, portanto, dura 18.

Logo depois de aberta, a escola foi “adotada” pela certificadora de madeira Imaflora, que segundo Gomes “viu de longe que a luteria era o canal”. (ML)



Rubens Gomes com um cavaquinho da linha Manaós

MARCELO LEITE

enviado especial a Itacoatiara (AM)

Enquanto o restante do país ainda acredita que madeiras são as únicas responsáveis pelo desmatamento, o paraense João Cruz Rodrigues, 37, converteu-se para o manejo sustentável. Em Itacoatiara (270 km de Manaus) é o grande entusiasta da utilização racional da floresta.

Na condição de gerente florestal da Mil Madeira, ele teve uma oportunidade única: implantar um sistema de exploração de baixo impacto, que permitisse à Mil receber um certificado de correção ecológica e conquistar o suscetível mercado europeu.

Andando pela área com o chapéu Prada de feltro bege, Rodrigues comporta-se como o melhor advogado que o manejo sustentável poderia contar. Depois de muitos anos derrubando árvores pelo método convencional — e predatório — em Paragominas (PA), ele sabe do que está falando.

É o primeiro a dizer que não se extrai madeira sem dano à floresta. Com efeito, o aspecto das estradas ao redor é desolador. Já as trilhas que cortam cada talhão (áreas de 100 mil m² em que se divide a floresta) são bem melhores do que o rastro de destruição deixado por tratores de esteira.

Essa é a grande diferença entre o manejo sustentável e a exploração

convencional: o trator não entra mais na mata. Graças a um inventário prévio das árvores de interesse (acima de 60 cm de diâmetro), é possível planejar a direção da queda e da retirada.

Com base no levantamento, escolhe-se o traçado mais racional das trilhas. Outra grande inovação são os tratores florestais, do tipo “skidder” e “trek-skidder”. Este fica na estrada, junto à cabeça da trilha, e puxa as toras com um cabo de aço de até 80 m.

Quando a tora alcança a estrada, entra em cena o “skidder”, que tem rodas em lugar de esteiras e uma garra na traseira. Ele arrasta os troncos até os pátios de armazenagem, onde serão embarcados em carretas e levados à serraria da Mil, a 23 km.

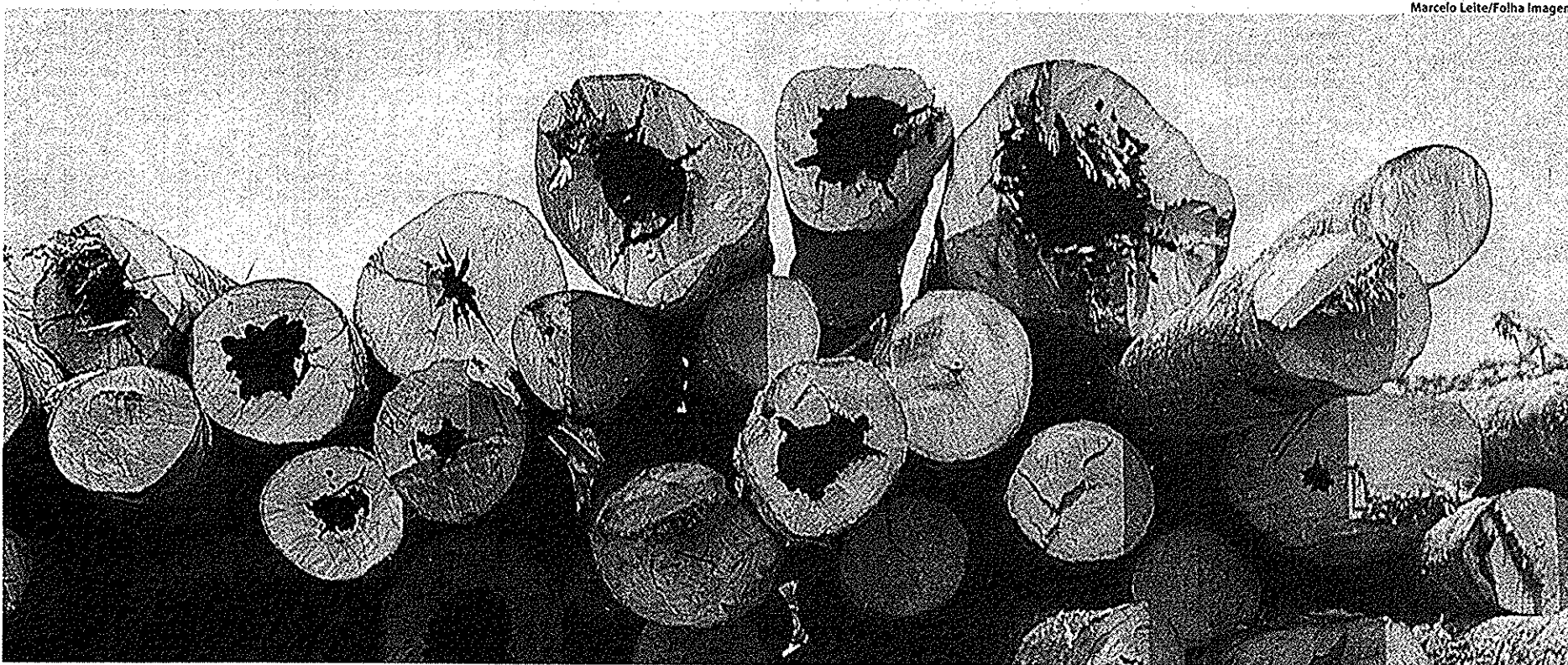
O sistema desenvolvido por Rodrigues contou com a supervisão da rede de organizações não-governamentais (ONGs) SmartWood. É uma das credenciadas do Conselho de Manejo Florestal — ou FSC, Forest Stewardship Council — para emitir o certificado de exploração ambientalmente tolerável (leia texto abaixo).

Essa espécie de “selo verde” para a madeira tem a vantagem imediata de abrir mercados no exterior. Esse é um mercado ainda pouco explorado por empresas brasileiras, que só exportam 14% da madeira produzida na Amazônia (quase 70%, no caso da Mil). O Brasil detém 4% do mercado mundial de madeiras tropicais, embora possua a maior floresta.

Acesso ao mercado externo não é a única nem a maior vantagem do manejo sustentável. Como o nome diz, está implícita nessa tecnologia de exploração que o madeireiro retorne à área em 30 a 40 anos, para novos cortes.

Isso será possível porque a retirada segundo os cânones da certificação danifica só 132 árvores por hectare, contra 235 na extração convencional. Preservam-se assim muito mais sementeiras, árvores de menor interesse comercial — pela presença de ocos, por exemplo — mas capazes de garantir a reposição.

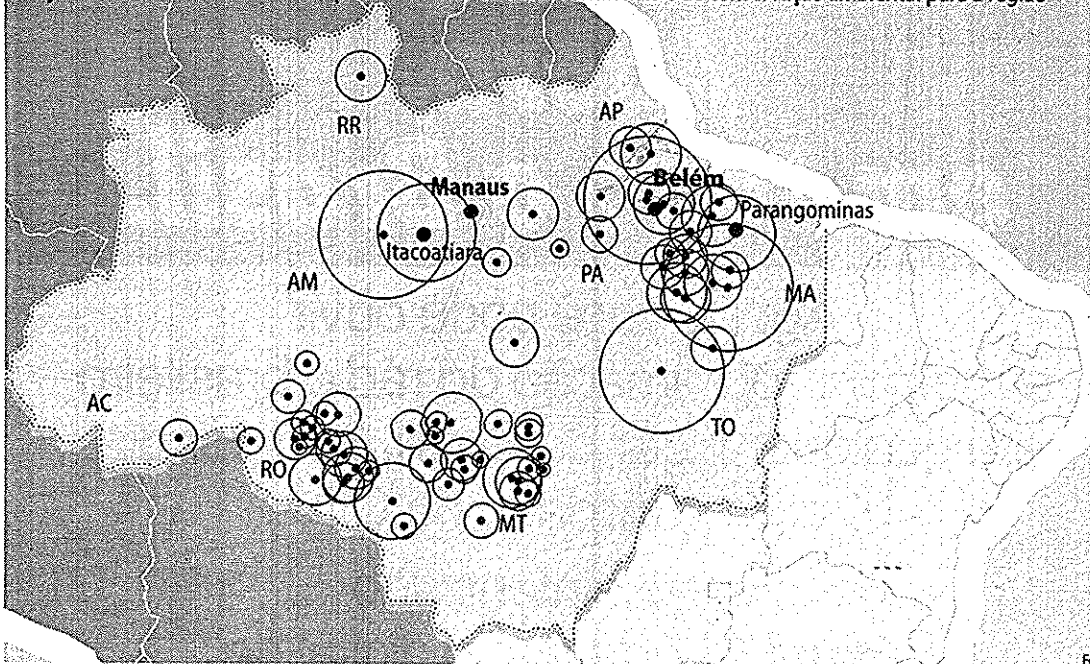
A tecnologia existe, mas custa caro (até R\$ 50 mil pelo inventário, ou R\$ 250 mil por um “skidder”). Bancos oficiais, como o BNDES, não financiam esse tipo de investimento. Deixados à própria sorte, os madeireiros vão prosseguir com a solução tradicional: exploração predatória e abertura de novas frentes.



Tora é cortada, em Itacoatiara (270 km de Manaus), para facilitar a retirada de madeira por trator; o veículo não entra na mata, o que evita danos em outras áreas

Onde atuam as madeireiras da Amazônia

Veja como entram em conflito os planos federais de desenvolvimento e de conservação ambiental para a região



Exploração predatória leva busca de toras cada vez mais longe das serrarias

86% da madeira amazônica são consumidos dentro do Brasil e

14% exportados

34 milhões de m³ de madeira tropical são usados por ano no Brasil, maior consumidor mundial

● Pólos madeireiros (Imazon)
 ○ Raio médio de exploração madeireira (Imazon)

Fonte: Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia)

Prós e contras da certificação ambiental

Como o selo verde pode afetar empresas que exploram madeira tropical

Prós

■ **Prêmio:** produtos podem alcançar preços até 35% mais altos, mas essa vantagem tende a desaparecer

■ **Mercados:** certificação pelo FSC é exigida por grupos organizados de compradores, como o que controla 25% do mercado britânico

■ **Financiamento:** fontes multilaterais e governamentais também passam a exigir certificados

■ **Imagem:** empresa pode explorar engajamento “ético” na sua estratégia de marketing

■ **Legalidade:** adoção de manejo aproxima empresa de órgãos fiscalizadores e de ONGs

Contras

■ **Custo direto:** do inventário de árvores na área a ser manejada até monitoramento, processo pode custar de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil

■ **Custo indireto:** viagens e visitas de monitoramento, por exemplo, não computadas na remuneração do certificador

■ **Burocracia:** madeireira precisa criar vários mecanismos de controle e documentação

■ **Capacitação:** há poucos engenheiros e técnicos florestais no mercado com a especialização necessária

■ **Exigências:** processo de certificação pode extrair para aspectos não diretamente relacionados com atividade madeireira

Fonte: Gethal Amazonas S/A; Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola)

Pioneiros são de Paragominas

do enviado especial a Itacoatiara

Um dos maiores pólos de madeira na Amazônia é Paragominas, à beira da Belém-Brasília. No auge da atividade, início dos anos 90, chegou a ter 240 madeireiras. Hoje não são mais de 120.

As motosserras e serrarias vão embora porque a madeira está cada vez mais distante.

Acima de 80 km, dizem empresários, deixa de ser economicamente viável.

Paragominas foi também palco de uma experiência pioneira com manejo sustentável. Notando a total falta de informações sobre o comportamento da floresta, o ecólogo norte-americano Christopher Uhl iniciou em 1993 um estudo-piloto que daria o que falar.

Foi um dos primeiros projetos da ONG de pesquisa Imazon (Instituto para o Homem e o Meio Ambiente da Amazônia) que Uhl e cientistas brasileiros criaram em Belém.

Sua maior dificuldade foi encontrar um empresário disposto a ceder os 200 hectares.

Solução

Segundo Paulo Amaral, do Imazon, isso só foi possível quando ficou claro que estavam ali “tentando encontrar soluções, não culpados”. Acabaram convencendo os donos da Fazenda Agroceit.

Entre outras façanhas, o piloto do Imazon foi responsável pela introdução do “skidder” (trator florestal) na região. Um ano depois, 32 unidades já haviam sido adquiridas. (ML)

Madeira extrai 45 espécies

do enviado especial a Itacoatiara

A Mil Madeira retira 23 m³ de madeira certificada por hectare, uma boa média para a região de Itacoatiara.

A floresta dessa parte da Amazônia não produz madeira de qualidade como a do leste do Pará, por exemplo.

Essa produtividade foi obtida, em parte, porque a Mil ampliou a gama de espécies exploradas. Hoje são 45. Entre os 12 mil m³ estocados em seu pátio, encontram-se maparanduba, pau-amarelo, amapá, angelim, ipê etc.

Plaquinhas

O inventário das árvores começou um ano antes de introduzido o manejo sustentável. Cada talhão (10 hectares) foi percorrido por

uma equipe de cinco pessoas, que anotavam diâmetro e localização das árvores de interesse, pregando nelas plaquinhas numeradas.

Meses ou anos depois, graças a esse banco de dados, a equipe de derruba (corte) entra na mata com um mapa detalhado. Sabe exatamente onde encontrar cada árvore e em que direção deve derrubá-la.

Na extração convencional, a equipe sai a esmo e não registra o local de cada tora. Mal-informado, o operador do trator de esteira vai e volta dentro da mata, procurando as clareiras das árvores caídas.

O resultado é que 7 m³ de madeira derrubada por hectare acabam ficando para trás. Outros 10,4 m³ são danificados para cada árvore extraída. (ML)

Certificadores operam no país

do enviado especial a Itacoatiara

A Madeira Mil, única a produzir madeira certificada na Amazônia, recebeu seu “selo verde” da SmartWood.

No Brasil, o certificado dessa rede de ONGs é conferido pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), de Piracicaba (SP).

O Imaflora está entre os três únicos certificadoras em operação no Brasil credenciados pelo FSC, detentor do selo mais difundido e aceito no mundo. A sigla corresponde a Forest Stewardship Council, rebatizado em português como Conselho de Manejo Florestal.

Os outros dois operadores ativos no país são empresas estrangeiras: SGS, da Suíça, e SCS, dos

Estados Unidos. O FSC já certificou a produção de madeira em 17 milhões de hectares de florestas de 30 países, dos quais 680 mil no Brasil (600 mil de florestas plantadas e 80 mil de florestas nativas).

“Esse negócio está explodindo”, afirma Tasso Rezende de Azevedo, 27, engenheiro florestal do Imaflora. “Quero vir para cá (Amazônia) para formar gente.”

Para Azevedo, “a certificação já pegou”. Para que ela se espalhe pelo Brasil, é só uma questão de tempo. A melhor prova disso seria que as próprias empresas estão pagando para serem certificadas, como fez a Gethal Amazonas S/A, que exporta o primeiro certificado do mundo.

Marcelo Leite viajou a Manaus e Itacoatiara a convite do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)